

**HABEAS CORPUS Nº 502.202 - SP (2019/0093958-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PATRICK LEMOS CACICEDO - RJ143765  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCELO PEREIRA DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MARCELO PEREIRA DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2036555-21.2019.826.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 18/2/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 24-A, por diversas vezes, da Lei n. 11.340/06 (descumprimento de medidas protetivas). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*"Habeas Corpus" - Crime de descumprimento de medida protetiva - Prisão preventiva - Revogação - Não acolhimento - Fundamentação idônea - Necessária a prisão preventiva do paciente com o fim de assegurar a integridade física e psicológica da ofendida - Ausência de constrangimento ilegal - Ordem denegada (fl. 39).*

No presente *mandamus*, argumenta que, em caso de condenação, o regime inicial para o cumprimento da reprimenda será o aberto. Desse modo, pondera que a manutenção da prisão cautelar seria desproporcionalmente severa.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da custódia cautelar.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as

alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.  
Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator